

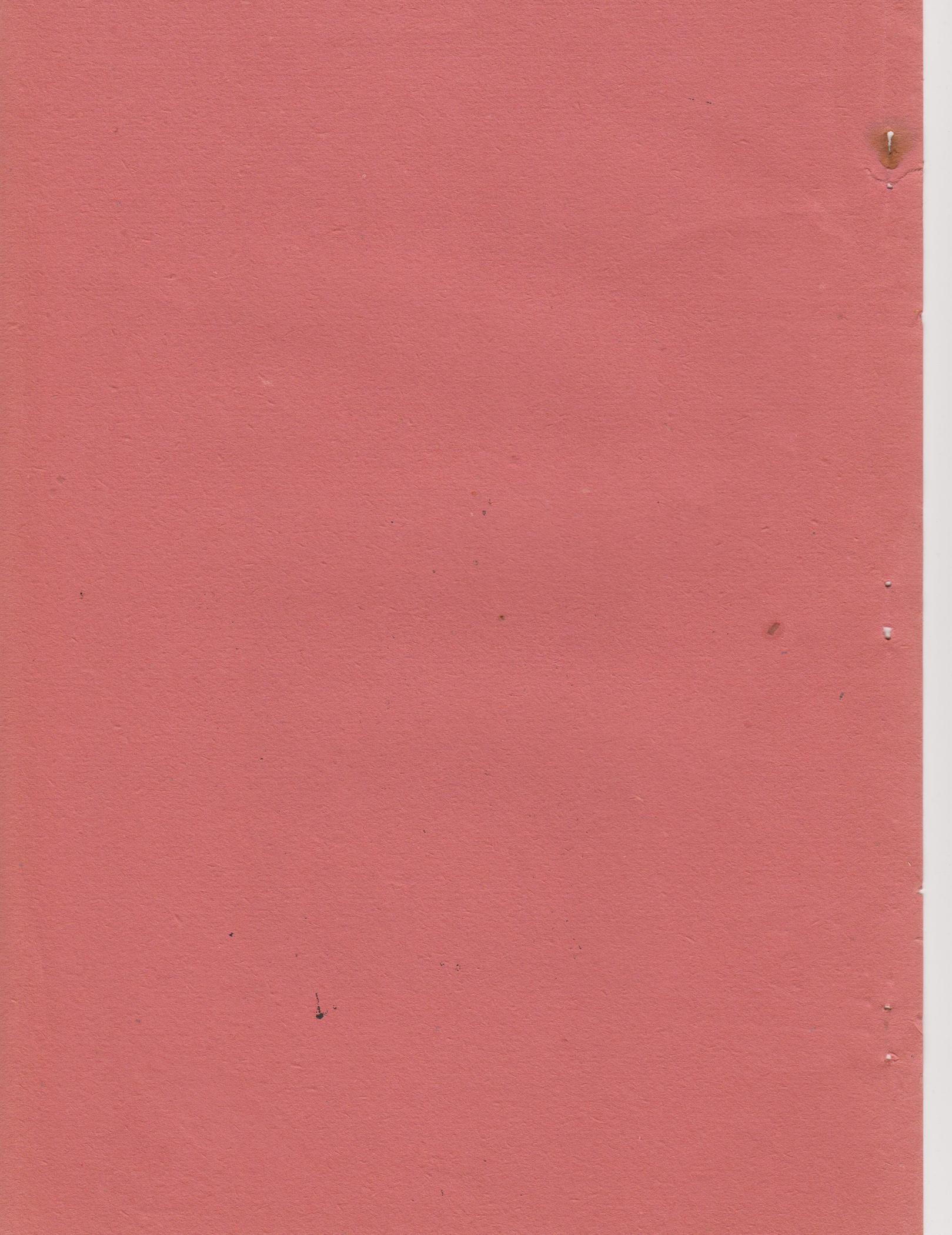
A

SEMENTEIRA

Nº 1
MAIO-77



PELA
ANARQUIA !



APRESENTAÇÃO

É este o 1º número de "A SEMENTEIRA", revista que não reconhece o título de "teórica", porque, para os elementos que a compoem, teóricos da sua prática e práticos da sua teoria, não existe separação entre "teoria" e "prática". Oprimidos pela totalidade das instituições que regem esta sociedade, a nossa luta é essencialmente negativa e, por isso mesmo, criadora. O nosso combate não o projectamos no futuro, como fazem as seitas religiosas e marxistas, pelo contrário, ele é libertador desde o início. A nossa revolta não é momentânea nem tampouco passiva. É a revolta de quem está consciente da miséria quotidiana a que é obrigado. Não lutamos por desporto, lutamos por prazer e por necessidade.

O texto que a seguir se apresenta é o fruto de muitos erros e de muitas vitórias que os trabalhadores do campo têm realizado. Como o nome indica, são algumas notas acerca do processo cooperativo, escritas "de dentro" desse mesmo processo. Pareceu-nos importante publicá-lo, não só por ser da autoria de um membro do grupo e, reflectindo, em parte, uma experiência conjunta deste mesmo grupo, mas, também, porque todo o material anarquista sobre esta questão se resume a alguns artigos de jornal (Batalha e Voz Anarquista) e a um comunicado do grupo anarquista "Os Revoltados".

A poesia é, ela também, o fruto de uma "visita" da GNR a uma cooperativa agrícola, escrita "in-loco" por um dos "visitados".

Lisboa, 30 de Abril de 1977

Grupo Anarquista "OS SOLIDÁRIOS"

DO MEDO QUE PAIRA SOBRE OS CAMPOS

Nos confins da tarde
geme uma cigarra.

O sol parte escondido
num mar de núvens,
escuras núvens.
Em grupos de quatro
homens discutem
o que fazer
quando o trigo se acabar nos celeiros
quando a água for cortada nos rios
quando a GNR avançar
com seus cavalos de rija crina
pelos campos adentro
ceifando vidas
como quem ceifa searas.

Nos confins da tarde
geme uma cigarra.
Na parte mais baixa do ribeiro
por entre o espesso canavial
mulheres em grupos de duas
falam
sobre o que fazer
quando não tiverem pão para os filhos
quando não tiverem lenha para o lume
quando a GNR avançar
com seus cavalos de rija crina
pelos campos adentro
ceifando vidas
como quem ceifa searas.

Lá longe, no cimo da tarde,
geme a guitarra.
São cinco cordas;
são cinco beijos,
são cinco gotas de ouro fino.

Ferido de morte,
o tempo pára.
Os homens que em grupos de quatro
discutiam tarde acima,
calam-se.
As mulheres que em grupos de duas
falavam junto ao ribeiro
no mais espesso do canavial,
calam-se.

Até a longínqua cigarra,
que todo o dia levou a cantar,
silenciosamente se cala.

Ferido de morte,
o tempo pára.
Aos gritos na estrada de terra,
caíndo nos buracos,
nas poças de água,
cabelos ao vento,
correndo feita seta feita veado,
uma miúdiça se distingue.
"Eles aí vêm. São a GNR.
Vêm a cavalo. E são muitos
e muitas são as armas que trazem.
Vi-lhes na cara o desejo de sangue.
Fujam. São muitos
e muitas são as armas que trazem."

Sem força, caída no caminho,
aponta para a aldeia.
As mulheres, os homens,
súbitamente parados na tarde
rodeiam-na,
caras vincadas, mãos duras,
olhos rasos de lágrimas.
"E que querem?"
Mas a resposta todos a sabiam,
a resposta todos a não queriam aceitar.

"Querem as terras da cooperativa
e a cabeça dos trabalhadores.
Fujam. São muitos. Vêm a cavalo
e muitas são as armas que trazem."

A terra tão docemente amanhada,
as oliveiras tão docemente tratadas,
como se por encanto fosse,
pareciam gemer na silenciosa tarde.

Imóveis os homens pararam.
Silenciosas as mulheres se puseram.
Era como se o tempo tivesse parado.
Só a guitarra,
cinco cordas,
cinco dedos de criança,
suave a princípio,
agreste no fim,
nunca parou.

Era como se dissesse,
era como se cantasse.
"Fugir? Da terra que lavrámos?
Da terra que adubámos
com o nosso suor,
com quem gastámos o sangue
e os ossos ?
Fugir? Antes morrer,
antes lutar!"

A guitarra,
cinco cordas,
cinco dedos calejados
pelo rigor das manhãs de gelo,
era como se dissesse;
era como se cantasse,
o que ia no coração
de todos.

Novembro/1976

Lê e divulga a Imprensa Anarquista "

- ACÇÃO DIRECTA - Apartado 21191 Lx.2
- A BATALHA - Apartado 5085 Lx.5
- A VOZ ANARQUISTA - Apartado 40 Almada
- A IDEIA - Apartado 3122 Lx.3
- A ACÇÃO- Jornal de um grupo de estudantes
de TOMAR
- APOIO MÚTUO - Jornal do Colectivo Anarquista
"Apoyo Mútuo" de Évora
- O ANARQUISTA - Jornal do grupo S.Puig Antich
de Leiria
- SABOTAGEM - Jornal do grupo anarquista "A Ferro
e Fogo" de Lisboa
- TERRA LIVRE - Boletim anarquista editado por
um grupo de portugueses emigran
tes POST BUF 51217 Amsterdao
HOLANDA

ALGUMAS NOTAS ACERCA DAS COOPERATIVAS
AGRÍCOLAS

1 - O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO E DE UNIÃO DE TERRAS

Quando em dada altura do pós-25 de Abril, os assalariados agrícolas do Alentejo se lançaram decididamente na ocupação de terras, ocupando tudo o que era susceptível de ser ocupado, isto é, não olhando se o patrão era "democrático" ou não, se estava filiado no PS, no PC ou no PPD, o que os trabalhadores puseram em causa não foi esta ou aquela forma de serem explorados, mas sim toda a forma de exploração.

Os trabalhadores estavam decididos a levar à prática A TERRA A QUEM A TRABALHA, estavam decididos a acabar com o desemprego, com a fome e com a miséria. Por tudo isso, as primeiras ocupações foram alegremente recebidas e espalharam-se como fogo por todo o Alentejo. Nas tabernas, nos cafés, nas camionetas, o tema central das conversas era o da ocupação de terras ou o do latifundiário que fugiu.

Este foi o início espontâneo das ocupações de terras. Não houve uma cabeça central a dizer: Vamos ocupar isto! Houve sim, um acordo inicial entre 20 ou 30 homens (talvez militantes deste ou daquele partido), que decidiram avançar no único sentido que viam possível: o da TOMA DAS TERRAS.

Quase na mesma altura ou um pouco depois, outras cooperativas, de um novo tipo, foram surgindo: cooperativas onde não houve ocupações, mas que surgiram de pequeninas parcelas de terras, pertencentes a pequenos camponeses, que a pouco e pouco foram unindo essas pequenas parcelas de terra.

Este foi o início do movimento. Foi a tomada de consciência pelos assalariados agrícolas que a terra deve ser comum, como o sol, o ar, etc., e pelos pequenos camponeses de que unindo as suas pequeninas parcelas de terra, trabalhando-as em conjunto e em conjunto distribuindo o que produzem, o trabalho teria outro sentido, sairia menos dispendioso e mais lucrativo.

Neste momento de que falamos e que podemos situar como últimos meses de 74 e primeiros de 75, estava-se a viver uma situação pré-revolucionária, e efervescência e calor revolucionários, de súbita consciencialização de grandes massas de operários e camponeses. Nas aldeias e vilas ao sul do Tejo, era já o povo quem detinha a força. Os latifundiários, os padres, a GNR, os influentes do fascismo tinham sido escorraçados para outras paragens.

Porém, faltava algo para tornar possível a coordenação de todas estas energias individuais, para lhes dar mais peso. Falava também, é certo, uma grande parte de experiência a todos estes trabalhadores, agravada pela sensação de isolamento que toda a imprensa criava, tentando pôr o Alentejo como o único sítio onde os trabalhadores avançavam, para além da cintura de

Lisboa, "mais avançada e mais radical".

Da relação entre este movimento e os partidos políticos, do aproveitamento particular, que estes fizeram; da necessidade sentida pelos trabalhadores de se coordenarem, da imposição de limites a este movimento pela parte dos partidos de esquerda (quer como partidos, quer como governo), tudo isto focaremos mais à frente, mas é conveniente realçar, que se nos primeiros meses, o movimento de ocupação e de união de terras foi uma criação e teve a direcção dos próprios trabalhadores metidos no movimento, em todo o outro tempo posterior foi usado como uma "coisa" dos partidos políticos, por meio da qual estes demonstravam o tamanho da sua implantação e da sua força.

2 - A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COOPERATIVAS.

É normal que após cada ocupação se tenha feito uma Assembleia de Trabalhadores em cada herdade ocupada e nessa Assembleia se tenha discutido como organizar o trabalho e a vida, agora que o patrão foi posto de parte.

É, também, normal, que se tenham escolhido para a Direcção ou para a Comissão de Trabalhadores, da nascente Cooperativa, os elementos que mais se destacaram na ocupação e no período antecedente a esta.

É, também, normal, que se tenha discutido o problema da organização do trabalho e que, salvo raras excepções, se tenha adoptado o tipo de trabalho que, durante anos e anos, os trabalhadores tinham realizado.

Porém, o que foi também normal em quase todas as cooperativas, desde o primeiro dia até hoje, foi a total abdicção de direitos dos trabalhadores face às comissões. Os trabalhadores trabalham e as Comissões dirigem. As Assembleias são reuniões de informação, onde os membros da Comissão informam os trabalhadores, e onde estes põem algumas questões, mas nunca são órgãos de direcção.

Face a esta separação trabalhadores/Comissão, fraca nos primeiros meses, mas aumentando com o tempo e com a cristalização das mesmas pessoas, desligadas do trabalho produtivo e, portanto, desligadas da grande massa de trabalhadores, duas maneiras de ver e, esquematicamente, duas maneiras de pensar, foram evoluindo em sentido oposto. Hoje, encontramos na maior parte das Cooperativas, Comissões de Trabalhadores cujo "trabalho" é dirigir, trabalhadores cujo trabalho é trabalhar e Assembleias de Trabalhadores cuja função é informar. É, também, oportuno dizer-se que é, sobretudo, nestas comissões que se joga a influência deste ou daquele partido, desta ou daquela linha.

Mas como se verificou este corte entre a efervescência revolucionária de milhares de trabalhadores e, depois, a sua abdicção frente às Comissões, por eles eleitas?

Podemos adiantar alguma coisa. Para nós, o problema está, não neste ou naquele acontecimento, nem na "malvadez" deste ou daquele partido, que, num acto de violência, arranjou uma

comissão ditatorial em cada cooperativa para esmagar a vontade de justiça e de liberdade dos trabalhadores, como diz a direita, como dizem os latifundiários da CAP. Para nós, o problema está nos próprios trabalhadores. Quarenta anos de fascismo foi muito tempo. Foram quarenta anos de propaganda à família, ao Estado, à Autoridade. Foram quarenta anos passados a dizerem-nos: Trabalhem, trabalhem, os vossos problemas resolvêmo-los nós. Foram quarenta anos de propaganda fascista, de repressão sexual, de mentira programada. E foi toda esta influência ideológica que o fascismo nos deixou, e que tantos problemas, quer de organização, quer de definição revolucionária nos tem causado, uma das causas da abdicação dos trabalhadores face às comissões. "Agora já temos quem resolva os nossos problemas!" Se há uns meses atrás, os trabalhadores queriam à viva força acabar com a exploração directa dos latifundiários e dos capitalistas, agora criavam por sua livre vontade, no seu seio, um extracto de dirigentes, que bem cedo se tornariam uma nova força opressora. Por outro lado, há a falta de experiência e prática revolucionária, a indecisão. É curioso notar que há altos e baixos na vontade de cada um, como é curioso notar que sem uma vontade firme e decidida, sem um programa teórico, que incluía "O que vamos fazer amanhã? Como nos vamos organizar?", podemos criar situações revolucionárias, mas sómente criá-las, porque algum tempo depois, porque nós falta a vontade que tínhamos ontem, porque nos falta a firmeza para prosseguir, somos obrigados a recuar.

Também é curioso notar que nunca o princípio da Autoridade, o trabalho da mulher, a não transformação do dia a dia, foram postos em causa na grande maioria das cooperativas.

Portanto, na nossa ideia, ideia que parte da observação dos factos, as comissões não surgem como uma coisa "de fora", mas são o produto da fraca consciencialização dos trabalhadores, da sua não experiência e da estrutura ideológica que o fascismo nos obrigou a aceitar como única, tudo isto aliado à propaganda dos grandes partidos com assento na digna Assembleia da República, o que quer dizer, com poder nos órgãos de comunicação social e cujo programa, também ele, assenta no princípio da Autoridade e na idolatria do Capital.

3 - COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS. VENDAS DIRECTAS.

Mas as cooperativas aguentaram-se, com todos os seus erros e imprecisões, muitas outras se foram formando e nos fins de 75 outro problema se começou a pôr: o da venda dos produtos directamente às comissões de moradores e de trabalhadores.

O 25 de Novembro já tinha acontecido e os créditos e outras "esmolas", que o Estado concedia às cooperativas, para melhor as controlar e para melhor as poder integrar naquilo a que se convencionou chamar Reforma Agrária, estavam a ser cortados, a ameaçando assim seriamente as mais fracas. Por isso, era urgente assegurar regularmente a venda dos produtos em excesso, se possível, não aos intermediários, mas directamente aos consumidores. Por outro lado, já há algum tempo, que as ilusões acerca de uma rede comercial organizada pelo Estado para distribuir os produtos das cooperativas, tinha saído dos limites do possível.

E neste contexto que se fazem as primeiras ligações "cidade-campo". Algumas camionetas com produtos das cooperativas vão aos grandes centros urbanos, onde directamente vendem às pessoas (bastantes), que assim compram mais barato alguns tostones. Mas há outro aspecto de fundamental importância, neste tipo de venda, que pouco tem sido apontado, que é o da ligação que se estabelece, por um lado, entre o produto e o produtor que, abolindo o intermediário, segue o produto até às mãos do consumidor, por outro, é a relação produtor-consumidor que, discutem lado a lado, sem meias palavras, o porquê dos preços. Mas de qualquer maneira, começa-se a pensar noutro modo de levar os produtos directamente aos consumidores, que não o do mercado de cooperativas, que causa grandes despesas, cansaço e que impossibilita mesmo algumas cooperativas de para lá se dirigirem porque não têm camionetas nem outros meios de transporte.

As comissões de moradores começam a fazer vendas de produtos e as cooperativas vão lá pôr os produtos ou vão às comissões às cooperativas buscá-los. Surgem, pois, novas relações. O produtor, (neste caso membro da cooperativa) acompanha o produto não já até ao consumidor, mas até uma comissão que representa os consumidores. A relação não é já Produtor-Consumidor, mas Produtor-Comissão-Consumidor. A ligação que se tinha estabelecido nas primeiras vendas desvanece-se e é substituída por outra ligação Produtor-Comissão. A cooperativa vai a Lisboa, deixa os produtos na Comissão X, recebe a importância relativa aos produtos lá deixados e volta para casa. A Comissão abre as suas portas e vende aos consumidores pelo preço X a mercadoria que comprou pelo preço Y à cooperativa. (Esta diferença de preços, é, dizem, para cobrir despesas. Mas, digamo-lo, não é só para isso. É pura e simplesmente a aplicação de uma lei capitalista: se eu invisto, dinheiro devo tirar daí algum lucro. E esse lucro vai para o Fundo da Comissão, como no caso do comerciante, vai para o fundo dos seus bolsos.) quebra-se a ligação necessária entre quem produz e quem come e o bom povo de Lisboa volta de novo a comer umas boas couves, a beber um bom vinho, etc., que não sabe quem produziu, nem como chegou às suas mãos. "Comprei na Comissão". Mas este sistema tinha também os seus inconvenientes. Uma camioneta cheia de produtos tinha de distribuí-los por 5 ou 6 sítios, isto é, cada cooperativa cuidava da distribuição dos seus produtos ou cada comissão cuidava da aquisição dos produtos que necessitava, sem se importar em saber se mais cooperativas na zona tinham produtos para vender ou se mais algumas comissões na zona queriam produtos. Isto dava um trabalho maluco. Deixar uma coisa aqui, outra ali, outra acolá. E começou-se a pensar em formar um Entreposto, onde todas as cooperativas iriam levar os produtos e todas as comissões buscar. (X) Desta maneira uma nova relação se iniciou. Se dantes a relação era Cooperativa-Comissão-Consumidor, agora passou a ser Cooperativa-Entreposto-Comissão-Consumidor, isto é, o produtor segue o produto até ao Entreposto e depois vai para casa. Ao Entreposto vão as comissões que levam os produtos e que depois o vendem aos consumidores, quer dizer, desta vez nem as comissões, quanto mais os consumidores, sabem quem produziu aquele bom vinho, aquelas boas nabijas. A necessária ligação Produtor-Consumidor, que se poderá traduzir, neste caso, por Camponês-Operário desvanece-se e deixa de existir com tanta estrutura intermediária e sem qualquer possibilidade de controle, quer dos produtores, quer dos consumidores. E a partir daí surgem os esti

mulos morais e ideológicos - Vamos às cooperativas fazer a ligação cidade - campo. (Mas naquilo em que realmente se poderia estreitar uma verdadeira ligação - que era na distribuição de produtos - tudo continua na mesma).

Mais tarde, quando tentarmos definir o que poderá ser uma nova estratégia para os campos, ocupar-nos-emos deste problema, quanto a nós, de fundamental importância, no sentido de não pôr em dois lugares estanques, irrelacionados, a luta dos camponeses de um lado e a luta dos operários de outro lado, mas torná-las numa só luta dirigida contra um só objectivo: o capitalismo em todas as suas formas.

(X) - Nunca houve um Entrepotso a funcionar, mas sempre vários. A ideia inicial de um Entrepotso vinha da grande massa de trabalhadores e, como sempre, era uma ideia pouco precisa que assentava em dois pontos: Um lugar controlado pelas cooperativas e pelas comissões, sem intermediários de qualquer espécie, e um lugar onde todas as cooperativas e todas as comissões se juntavam. Mas os entrepostos ou coisas similares foram surgindo conforme as cores das cooperativas e das comissões. Há para todos os gostos. Desde PC a PRP, até a "independentes". Foi uma das grandes jogadas "de base" dos respeitáveis políticos que tudo fazem pela reforma Agrária. Para a manter como uma reforma, é claro.

4 - UNIÕES DE COOPERATIVAS.

Relendo o que já escrevi fica-me o medo de não ser suficientemente claro. No princípio deste pequeno artigo elogiei sem fim a acção dos trabalhadores, quase dizendo que a revolução estava a ser feita, depois falei das cooperativas (acerca da sua organização interna) como se de autênticas empresas se tratassem, onde a única mudança real teria sido a do latifundiário pela comissão de trabalhadores, mais adiante referi-me às cooperativas como se cada uma fosse um todo sem problemas internos, face à venda daquilo que produzem, face a estruturas que não controlam.

Se, por um lado, esta análise sectorial, sem espaço nem tempo perfeitamente determinado no artigo, isolada do contexto global tem lados bons, poderá ter outros maus, como o de levar o leitor a não reenquadrar cada um destes pontos no contexto geral do Portugal de então.

E diferente o Portugal de hoje, do Portugal de Vasco Gonçalves. Quer queiram, quer não, o que a TV, os jornais, a rádio, etc, todos os meios de envenenamento social dizem, interfere no dia a dia de milhões de trabalhadores, contribui quase totalmente para criar no espírito das pessoas as ideias que o poder quer que sejam criadas. E quando se fala de cooperativas, onde estão metidos milhares e milhares de trabalhadores, a formação da consciência colectiva tem uma grande importância. São o "diz-se, fala-se, ouvi."

Assim, quando disse a certa altura que "as comissões diri-

gem, os trabalhadores trabalham e as reuniões são para "informar", foi isto que eu quize dizer. Mas é preciso ver a situação do momento (todo o ano de 75). O socialismo, sem se saber ao certo o que se dizia quando se falava em socialismo, era uma palavra querida para milhares de trabalhadores e para todos eles significava mais ou menos, o fim da exploração, o iniciar de um caminho sem fome e miséria. Inconscientemente gritava-se FIM AOS LATIFUNDIÁRIOS - VIVA O SOCIALISMO e dava-se o "poder" de sermos dirigidos aos membros da comissão. Eram das tais contradições que fazem do nosso processo, como dizem os reformistas, um processo original. Mas são contradições como esta que mostram que os trabalhadores não estavam em condições de levar para a frente um processo revolucionário em toda a sua extensão. Eram e são algumas destas contradições ainda não resolvidas que dificultam o iniciar de uma nova situação revolucionária, aliadas a outros problemas, quer de objectivos, quer de organização. Portanto, os trabalhadores não surgiam como uma massa imóvel que passava os dias a trabalhar, para os da comissão levar o dia a passear. Surgia como uma massa activa de defensores do "SOCIALISMO", da "REVOLUÇÃO" e de outras palavras de ordem sem um sentido muito definido.

Surge, pois, como natural, em todo o processo inicial das cooperativas até 25 de Novembro e até posteriormente, o desejo, não só por parte das comissões, como também por parte dos trabalhadores, de se criarem uniões de cooperativas, na base de que se numa só região uma cooperativa causava tanto medo aos latifundiários e aos parasitas, o que seria se todas se unissem numa União.

Esta ideia mantém-se e, a pouco e pouco, são dados alguns passos nessa direcção, criam-se algumas uniões de cooperativas, mas facto saliente, essas uniões são sempre controladas por este ou aquele partido. Isto pode ser melhor compreendido, quando analisarmos o modo de actuação dos partidos junto das cooperativas. Não é bastante dizer-se que estas uniões foram forjadas pelos partidos, na medida em que foram sentidas como necessárias pelos trabalhadores. O que é suficiente dizer-se é que alguns partidos sentindo este natural desejo dos trabalhadores que, a pouco e pouco, se ia definindo, com avanços e recuos, conforme o movimento se ia alargando, e, também, ele próprio definido, mobilizam militantes seus (trabalhadores do campo ou não), para "ajudarem" os trabalhadores a levarem para a frente as Uniões. E como sempre esta "ajuda" foi paga pela imposição das ideias dos militantes mais activos, mais mexidos. E neste caso, eram os militantes destacados por este ou aquele partido.

5 - RELAÇÃO DOS PARTIDOS POLITICOS COM AS COOPERATIVAS.

Das organizações políticas a que mais implantada está junto das cooperativas, principalmente das do Alentejo, é o PC.

Partido conhecido no Alentejo desde as greves pela jornada das 8 horas de trabalho, no início da década de 60, com uma grande máquina de propaganda local, com um certo e determinado enraizamento na consciência religiosa das pessoas (veja-se Catarina), apareceu desde o 1º momento junto das cooperativas, com os seus técnicos e a sua máquina organizativa, sempre dis

posto a ajudar os trabalhadores na construção da sua cooperativa. Contactando directamente com as comissões, organizou os seus militantes, que a título pessoal tinham entrado no movimento e que estavam agora nalgumas comissões, conquistou outros e levou-os a meterem-se no partido, etc. (X)

Veja-se a situação. Ouvimos numa cooperativa do Alentejo, o seguinte, da boca de um membro duma comissão. Eu sou do PC, o partido que sempre nos ajudou, o partido dos trabalhadores. E são também do PC, e citou alguns técnicos agrícolas, pessoas que tanto e tanto nos têm ajudado a levar para a frente a nossa cooperativa. Isto é correcto. Com ou duzentos trabalhadores, sem um mínimo de conhecimentos, ocuparam uma terra, e eles que, por um lado, nunca se tinham metido numa coisa daquelas, nem, tam pouco, estavam suficientemente maduros para o fazer, sentem-se quase isolados. "Lá trabalhar sabemos nós, mas organizar, meter em pé uma coisa destas ..." E às tantas aparecem uns senhores, técnicos agrícolas, que os ajudam, que os tratam como nunca se nhores da cidade os tinham tratado. Não são já os técnicos, o sr. dr. ou o sr. eng.. É o camarada isto, o camarada aquilo, que come à mesma mesa que eles, que trabalham ombro a ombro. É natural que os trabalhadores sigam a ideia destes técnicos, ainda para mais havendo todo um conhecimento e uma propaganda do PC que vem desde o fascismo e, sobretudo, não havendo nenhuma voz consequente que critique o PC, que fale claro aos trabalhadores. Para muitos trabalhadores todos são o mesmo, PC, UDP, PRP, MES, só com a diferença de que o PC tem mais gente e os outros têm ciúmes... Portanto, o que queremos dizer é que ainda hoje - e com razão - os trabalhadores no campo não vêm o que há assim de tão diferente entre todos esses partidos que falam em nome dos trabalhadores, senão que o PC tem mais gente.

Tudo isto aliado, ou melhor, talvez que por esta razão, o IV e o V governos, foram governos onde o PC esteve representado em força e teve ao seu dispor grandes meios de informação social.

Com o 25 de Novembro e com a nova orientação social-democrata da TV, rádio e imprensa, uma nova consciência colectiva se foi forjando e não é já o PC, como partido, quem mobiliza milhares e milhares de trabalhadores nas cooperativas. O PC agora apenas mobiliza os seus militantes, quase todos membros de comissões de trabalhadores e mais alguns, mas poucos. E é interessante realçar isto porque o problema de quem é que detém os meios de informação e de como os utiliza tem grande importância para a formação da consciência colectiva e, por outro lado, para a Revolução propriamente dita.

Depois do 25 de Novembro uma nova coisa se começou a verificar nas cooperativas. A "fuga" de militantes da extrema-esquerda para as cooperativas (o que talvez signifique uma nova orientação nos "planos" destas organizações). Mas enquanto estas organizações vêm de fora e falam como "vanguardas que são", o PC está dentro das cooperativas e é dentro delas que joga (e é, sobretudo, com elas) que joga a sua política reformista.

Já atrás o dissémos, a organização internas das cooperativas é característica de um projecto capitalista de Estado, com a divisão comissão-trabalhadores, desempenhando a comissão o

papel de "vanguarda", neste caso de gerência, e é só por isto que o PC ainda se consegue manter em tão grande número de cooperativas. Porque os próprios trabalhadores ainda não põem em causa o tipo de sociedade que o PC quer, duma maneira activa e inconciliável, isto por falta de informação e de consciencialização, mas o que é um facto é que o PC não forçou os trabalhadores a aceitarem-no, os próprios trabalhadores, de livre vontade, é que o consideram o seu partido. Isto é o que a direita tenta escamotear. Tenta criar um clima dizendo que o PC se introduziu pela força nas cooperativas e que lá exerce uma ditadura feroz sobre os trabalhadores. Isto é mentira. O PC só existe nas cooperativas porque os trabalhadores assim o querem, porque se sentem a ele ligados por esta ou aquela razão. Para destruir a influência do reformismo nas cooperativas; mais do que tentar destruir o PC, como a direita tenta fazer, é preciso criar uma alternativa revolucionária, com pontos bem salientes; que mostrem bem a diferença entre o reformismo e a Revolução, alternativa essa que leve os trabalhadores a recusarem o PC, como estrutura colaboracionista com a burguesia, e a criarem, pois, uma situação revolucionária; tendente a pôr em causa o princípio da Autoridade e, portanto, a modificar interna e externamente as cooperativas e a sociedade no seu todo, sob a auto-direcção dos trabalhadores, organizados nos locais de trabalho e de habitação.

6 - PARA DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA É PRECISO IR MAIS ALÉM, FAZER A REVOLUÇÃO NOS CAMPOS

Estava eu, agora, a pensar quais seriam as palavras necessárias para tentar explicar, o que considero uma nova estratégia revolucionária para os campos. Não é provocar conflitos e levar os trabalhadores a dizerem às comissões: RUA!, porque nessas comissões estão homens dos mais valorosos, autênticos combatentes de classe, e, porque, amanhã os outros trabalhadores iriam recorrer ao mesmo processo, arranjavam uma nova comissão e lá a punham a resolver os problemas. O problema é, portanto, mais geral. Impõe que os trabalhadores tenham uma ideia clara de que tipo de sociedade querem: estatal ou libertária. Se consentem em que haja partidos políticos que discutam os problemas das cooperativas nos seus comités centrais e depois exijam que os seus militantes ponham em prática os seus "planos" junto das cooperativas ou se acham que nas cooperativas se devem discutir os problemas - todos os problemas - e que a seguir sejam nomeados delegados para os tentar resolver. Importa, pois, que os trabalhadores estejam maduros, prática e teóricamente, para tomarem conta do processo revolucionário nas suas mãos. Importa que os trabalhadores ao lerem o texto de Vólin, que a seguir transcrevemos, sobre a Revolução Russa, sobre ele meditem e cheguem a conclusões:

"Segundo a tese libertária, eram os próprios trabalhadores, que, por meio dos seus diversos organismos de classe (comitês de fábrica, sindicatos industriais e agrícolas, etc.), federados e centralizados consoante as necessidades reais, se deviam debruçar em todos os lados e localmente sobre a solução dos problemas da Revolução. Por meio da sua acção poderosa e fecunda, porque livre e consciente, deviam coordenar os seus esforços a toda a extensão do país. E, quanto às élites, concebiam os libertários, que o seu papel era de ajuda aos trabalhadores, esclarecê-los, instruí-los, dar-lhes os conselhos necessários, levá-los a esta ou àquela iniciativa, mostrar-lhes o exemplo, apoiá-los na acção, mas não dirigi-los governamentalmente.

"Segundo a tese libertária, a solução feliz dos problemas da Revolução Social só podia resultar do trabalho livre e conscientemente colectivo e solidário de milhões de homens, contribuindo e harmonizando toda a variedade das suas necessidades e dos seus interesses, assim como a das duas ideias, forças e capacidades, dos seus dons, aptidões, disposições, conhecimentos profissionais, habilidades, etc. Por meio do funcionamento natural dos seus organismos económicos, técnicos e sociais, com a ajuda das élites e, se necessário, sob a protecção das suas forças armadas, livres e organizadas, os trabalhadores deviam, segundo os libertários, poder efectivamente fazer a Revolução Social e atingir progressivamente a realização prática de todas as suas tarefas.

A tese bolchevique era diametralmente oposta. Segundo os bolcheviques, era a élite - a sua élite - que, formando um governo, (dito "operário" e exercendo a dita "ditadura do proletariado"), devia prosseguir a transformação social e resolver os seus imensos problemas. Os trabalhadores deviam ajudar essa élite (tese inversa da dos libertários: a élite devendo ajudar os trabalhadores), executando fielmente, regularmente, "mecanicamente", os seus desígnios; as suas decisões, as suas ordens e as suas "leis". E a força armada, decalcada também sobre a dos países capitalistas, devia obedecer cegamente à élite.

Tal foi, e tal é, a diferença essencial entre as duas ideias!

Para defender a Reforma Agrária, ou seja as ocupações de terras, a subida do nível de vida, etc., é necessário ir mais além e avançar decididamente na Revolução Agrária, transformar as cooperativas e nelas abolir as divisões entre trabalho manual e trabalho intelectual, destruir a condição de assalariado que pesa como um jugo sobre a cabeça dos trabalhadores e fazer da Assembleia Geral o único órgão decisório dentro de cada cooperativa. A direcção serve para executar a vontade da Assembleia e não para a dirigir.

É preciso criar uniões, laços directos entre todas as cooperativas, mas uniões controladas pelos trabalhadores das cooperativas.

É preciso abolir o circuito Produtor-Entrepósito-Comissão-Consumidor, sem cair nos erros atrás referidos. Para tal, é preciso que, quer o Entrepósito, quer a Comissão de Moradores, sejam controladas e postas sob a direcção das Cooperativas e dos Consumidores.

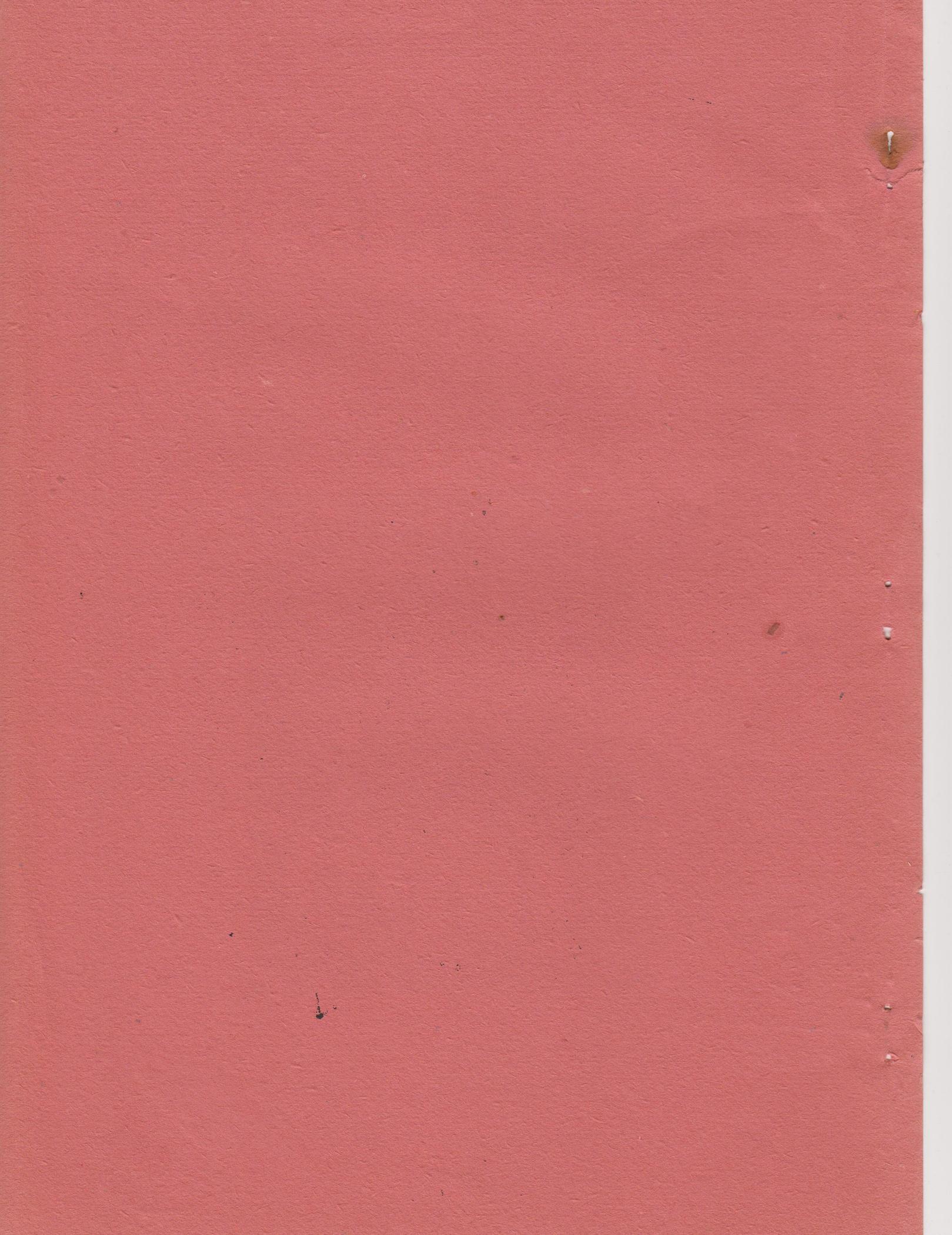
É preciso repudiar as ideias de uma revolução política, que apenas mudará o homem que manda (ou o grupo de homens), e avançar decididamente no caminho da Revolução Social, que libertará todos os trabalhadores da exploração e da opressão.

É preciso levar a revolução a toda a parte. É preciso unir o campo à cidade, as aldeias às vilas, as fábricas às escolas, sob bases fraternais, de solidariedade de classe.

É, sobretudo, necessário que cada explorado, que cada oprimido, pense sobre isto, formule a sua opinião, se organize na fábrica, no campo ou no bairro, sob a base da solidariedade, se ligue por afinidade a todos os outros explorados e oprimidos; que formulem prática, e teoricamente o que querem e como o querem e, então, neste momento, unidos, organizados e dispostos a vencer os exploradores, avançaremos e não seremos só mil ou dez mil, nessa altura seremos toda a população trabalhadora.

Nov. Dez. /76

Nota - O autor destas linhas trabalha numa cooperativa agrícola e é, pois, com base na sua experiência pessoal que fala. Não é, pois, um pesquisador de artigos, um especialista, que anda de cooperativa em cooperativa para analisar o que os outros fizeram. Muitas das críticas que aqui faço são críticas que eu, também, dirijo a mim próprio. São erros que foram cometidos e que só agora podemos ver as suas consequências. De qualquer maneira, este artigo não pretende tudo tocar, tudo analisar. Falo sobre o que mais me tem tocado e, sobretudo, falo sobre aquilo que considero serem os pontos fulcrais onde errámos.



Nós, anarquistas, vamo-nos concentrar no próximo 1.º de Maio, na Praça da Figueira, às 16,30. Com esta concentração - comício visamos:

- Negar o 1.º de Maio oficial, isto é, a festa do trabalho assalariado. Portanto, visamos, com este acto público combater a tentativa dos partidos em perpetuar a condição de escravo do trabalhador assalariado.

- Desmascarar a defesa da Constituição e outras festanças com que se tenta travar a luta revolucionária dos trabalhadores.

- Opôr ao sindicalismo reformista, corporativo, vertical, burocrático e constitucional, ou seja, estatal, o anarco-sindicalismo. O sindicalismo que nós defendemos baseia-se no princípio da autonomia completa das lutas dos trabalhadores, não emprega a solidariedade como uma palavra vazia de sentido, mas sim aplica o princípio de que "um prejuízo causado a um faz mal a todos", baseia-se no federalismo, emprega como método de luta a acção directa, ou seja, a intervenção directa, sem intermediários, dos trabalhadores na solução de todos os seus problemas e que tem como objectivo global a greve geral expropriadora dos patrões e do Estado.

-- Lutar contra o aumento do custo de vida e do desemprego.

- Lutar contra a repressão estatal sobre a luta dos trabalhadores e outros oprimidos.

- Solidarizarmo-nos com a luta dos explorados e oprimidos de todo o mundo.

A TERRA AOS CAMPONESES! AS FÁBRICAS AOS OPERÁRIOS!
SUPRESSÃO DO SALARIATO E LIQUIDAÇÃO DO ESTADO!

AUTOGESTÃO REVOLUCIONÁRIA GENERALIZADA!

SEINDICATOS AUTÓNOMOS, FEDERALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS!

ACÇÃO DIRECTA DOS OPRIMIDOS E EXPLORADOS!
A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DELES PRÓPRIOS!

PELA REVOLUÇÃO SOCIAL!

(Grupos anarquistas "VOZ ANARQUISTA", "ACÇÃO DIRECTA", "LANTERNA NEGRA", "A FERRO E FOGO", "OS SOLIDÁRIOS" e "LIBERDADE")

POR UM 1.º DE MAIO LIBERTÁRIO

CONCENTRAÇÃO ANARQUISTA

1.º Maio* Praça da Figueira *16.30 h

★ Comício Público e Contraditório ★